

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2021

Retificação da Chamada de Projetos nº 03/2021

Implementação de Projetos de Educação Ambiental e Geração de Renda para as Comunidades Pesqueiras da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade COMUNICA aos interessados na Chamada de Projetos nº 03/2021 que ficam alteradas as seguintes partes do documento:

1. Item 6 (INSTITUIÇÕES ELEGÍVEIS E PARCERIAS)

ONDE SE LÊ: “Aglutinadoras ligadas a universidades e demais órgãos públicos poderão apresentar propostas vinculadas às fundações de apoio. Nesse caso, será considerada como instituição proponente o conjunto formado pela universidade/órgão e a fundação de apoio”.

LEIA-SE: “A Aglutinadora poderá apresentar uma instituição pública para realizar a gestão técnica e a coordenação de atividades. Dessa forma, a Aglutinadora será considerada a responsável pela gestão financeira do projeto e poderá delegar a gestão técnica a uma instituição pública, que será representada pelo coordenador do projeto. Nesse caso, a experiência de ambas as instituições deverá ser apresentada no Anexo A - Dados Cadastrais e Currículo da Instituição Proponente e será contabilizada para fins de pontuação da instituição proponente, conforme critérios definidos no Anexo G - Planilha de Avaliação Quantitativa das Propostas. O contrato de apoio será celebrado entre o FUNBIO e a Aglutinadora.”.

2. Item 10 (METODOLOGIA E RESULTADOS ESPERADOS)

ONDE SE LÊ: “As Aglutinadoras e/ou suas parceiras financeiras serão as únicas responsáveis pela prestação de contas perante o FUNBIO e todas as demais aquisições e contratação serão de responsabilidade da Aglutinadora”.

LEIA-SE: “As Aglutinadoras serão as únicas responsáveis pela prestação de contas perante o FUNBIO e por todas as aquisições e contratação”.

3. Item 11 (DESPESAS ELEGÍVEIS E INELEGÍVEIS)

A frase “Despesas de cartório e relacionadas à abertura e regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com exceção do pagamento de passivos” estava prevista como uma das despesas consideradas elegíveis para AGLUTINADORAS e foi transferida para despesas consideradas elegíveis para AGLUTINADAS.

4. Item 11 (DESPESAS ELEGÍVEIS E INELEGÍVEIS)

Dentre as despesas inelegíveis, foi acrescentada a seguinte frase: “Bolsas de pesquisa, estudo e técnicas”.

Além disso, o seguinte parágrafo foi suprimido do texto: “Pagamento de salários, bolsas de pesquisa, de estudo, técnicas e/ou qualquer outra espécie de remuneração a integrantes da Administração Pública direta ou indireta, não são permitidos, com exceção de pagamento a professores da rede pública de ensino e a funcionários afastados e sem remuneração, condicionado aos limites e normas de suas respectivas instituições que devem ser apresentadas pela proponente”.